

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE - CEPRAM**

No dia 21 de Julho de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido a pandemia de Coronavírus, ocorreu a segunda Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –CEPRAM. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1. Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho que discute a contaminação de chumbo em Santo Amaro; 2. Proposta de criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento dos atos autorizativos no Bioma Cerrado; 3. Mata Atlântica: Observações e os resultados do monitoramento; 4. Licenciamento da EEE – Lagoa do Abaeté.

Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, deu boas vindas aos presentes e esclareceu que essa é uma pauta extraordinária, portanto uma pauta fechada, onde está sendo dado prosseguimento aos pontos que estavam colocados na pauta da reunião anterior, pois não houve tempo para continuar, pois na reunião anterior passou-se a manhã e entrou pela tarde, discutindo o primeiro ponto e por essas razões fez algumas considerações: que os conselheiros observem o tempo de fala de cada um, para que se permita uma participação de maior número de pessoas e um acompanhamento maior do tempo, pois tem pontos importantes hoje e inclusive que foram trazidos pelos Conselheiros, que ao sair daqui cobram a SECEX que só coloquem outros pontos nas pautas depois de esgotados esses pontos que vieram de requerimentos formulados por Conselheiros e por essa razão solicitou que nessa manhã de hoje todos sejam precisos e que se tenha a tolerância de ouvir o outro, para que realmente só se manifeste quando tiver contribuições que acrescentem e evitar também as falas das mesmas pessoas, porque são falas efetivamente que só reiteram as falas iniciais e esse é outro ponto também que faz com que demore de concluir cada assunto.

Renato Cunha – Gambá pontuou que na reunião passada a sociedade civil havia proposto outro tema fosse colocado no que ocorrer, que é a questão da revisão do licenciamento da Petrobras na Ilha de Maré e Bahia de Todos os Santos, que inclusive foi mencionado no fim da reunião passada.

Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que a pauta consta de quatro pontos que demandarão discussões e que provavelmente levará toda manhã e início da tarde. Explicou que a SECEX já está formulando a próxima reunião que será entre

35 agosto e setembro e desta forma serão colocados alguns pontos que já estão com
36 requerimentos, mas infelizmente hoje tem que se dedicar aos pontos que já estão
37 pendentes desde a reunião passada e que com certeza tem alguns convidados
38 interessados nos temas, que passaram a manhã toda aguardando e terminou que
39 chegou às 3h da tarde sem concluir toda pauta, por conta disso a prioridade de hoje
40 é a pauta e como previsto regimentalmente em reuniões extraordinárias as pautas
41 são fechadas.

42 Renato Cunha – Gambá solicitou então que esse ponto entre na próxima reunião
43 que será feita em agosto.

44 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA deu boas vindas a todos,
45 dizendo que é uma satisfação revê-los, o ideal inclusive é que fosse de maneira
46 presencial, mas em função da realidade e do cenário da pandemia, a SEMA
47 continua a realizar as reuniões através de vídeo conferência. Destacou na reunião
48 de hoje a presença de dois Secretários, Fábio Vilas Boas – Secretário da SESAB
49 que muito nos honra a presença, sobretudo para acompanhar o ponto sobre a
50 questão do chumbo em Santo Amaro, mas fique a vontade Secretário para
51 permanecer nos demais pontos da pauta, pois sabe-se como está sua agenda, luta
52 e correria do dia –a –dia, juntamente com o Governador e seus pares com relação
53 ao COVID-19 e ao mesmo tempo parabenizou o secretário pelo brilhante trabalho e
54 estenda a referência da SEMA a toda a sua equipe da saúde. Destacou a presença
55 também do Secretário da SEAGRI Lucas Costa, parceiro incondicional em todos os
56 momentos e agradeceu a presença e as contribuições de vocês irão engrandecer e
57 muito a reunião do CEPRAM hoje. Considerou aberta a reunião do Conselho e
58 solicitou que Miriã Caetano – SECEX inicie o ponto de pauta, referente a questão
59 da contaminação do chumbo em Santo Amaro, que é um assunto que já vem por
60 muito tempo sendo discutido.

61 Miriã Caetano da Silva – SECEX explicou que esse primeiro ponto ele vem a partir
62 de um requerimento formulado pelo Grupo de trabalho - GT, que decorreu inclusive
63 de uma deliberação do CEPRAM. Esse grupo é composto pelo professor Miguel
64 Accioly da UFBA, Renato Cunha – GAMBÁ, Larissa Cayres – SEMA, Marcos
65 Machado – INEMA e Tânia Maria Cordeiro – SESAB. Esse grupo no ano de 2019
66 tiveram alguns encontros e esse ponto hoje trazido aqui, é inclusive a pedido do
67 grupo para que atualize o Conselho sobre o andamento das atividades.

68 Miguel Accioly – UFBA e representante do GT Chumbo pontuou a importância em
69 apresentar algum resultado desse grupo de trabalho, por ser uma discussão
70 importante e que já está no Cepram há muito tempo. Pontuou que o GT fez algumas
71 reuniões no ano passado e houve algumas dificuldades em acessar toda a
72 documentação sobre o problema do chumbo, inicialmente alegado por ser muita
73 documentação e aí vieram apenas alguns relatórios sintetizando todo o processo,
74 mas o GT solicitou a análise do processo na íntegra e quando se conseguiu ver
75 processo completo, os últimos documentos foram à análise de risco à saúde
76 humana e o plano de intervenção. Destacou que esse GT quando foi criado a partir
77 de uma apresentação das vítimas do chumbo lá de Santo Amaro que vieram ao
78 CEPRAM e foi uma situação muito comovente ver a situação de saúde de todo
79 mundo e o objetivo desse GT então, foi verificar a situação ambiental e as
80 possibilidades reais de descontaminação, pois não adianta ficar só pensando em
81 tratar a saúde das pessoas, enquanto o chumbo continua contaminando. Apesar de
82 a fábrica está parada há trinta anos, o chumbo continua lá, além da escória com
83 vários outros contaminantes e o que poderia ser feito. Então o que o GT observou é
84 que um dos documentos já é um Plano de Intervenção, a área da Fábrica localiza-se
85 na beira da estrada próximo ao Rio Subaé, no Município de Santo Amaro e esse
86 estudo foi feito dentro da área e no entorno próximo a ela. A escória depositada no
87 local da fábrica fechada foi estimada em 123.900m³. Foi feita também coleta de solo
88 para avaliar a contaminação do solo, ou seja, esse volume citado em cima é da
89 escória bruta que tem toda contaminação. O solo no entorno, naquele terreno foi
90 analisada a sua contaminação em três profundidades: solo superficial (0,1m);
91 subsuperficial (0,3 m); e profundo (0,5 m) e em cima disso foram verificadas várias
92 anomalias, ou seja, várias contaminações acima do estabelecido para antimônio,
93 arsênio, bário, cádmio, chumbo, cobalto, cobre e zinco, ou seja, todos estes estão
94 contaminando o solo na área da fábrica e no entorno próximo. A escória está mais
95 na parte alta do terreno e a amostragem foi feita na parte de baixo, e também foi
96 feita amostragem no lençol freático para ver contaminação na água do solo. Diante
97 disso o relatório sugere algumas medidas para remediação ambiental, que também
98 é o objetivo do GT: demolir as antigas edificações industriais e administrativas;
99 gerenciar os resíduos sólidos decorrentes do processo de demolição; promover a
100 gestão dos resíduos de construção civil; implantar novas edificações de apoio a
101 operações dos mecanismos de controle ambiental; implantar valas para disposição

102 de resíduos de escória de fundição e solos contaminados de 5m largura X 35 m
103 comprimento X 2 m de altura = 350m³ e fazendo algumas contas bem básicas
104 seriam necessárias 355 valas destas só para a escória que ocuparia (6,3 ha) para
105 depositar escórias e fazer com que ela pare de contaminar a área de Santo Amaro e
106 sua população, eles sugerem que essas valas sejam colocadas no lugar da caixa
107 d'água, só que ela comportaria 6 à 8 valas, então precisaria realmente ocupar boa
108 parte do terreno; desenvolver atividades de pesquisa, remoção e gerenciamento de
109 disposições pontuais de escória de fundição; promover a remoção do solo
110 contaminado por arsênio acima da CMA calculada para exposição dos trabalhadores
111 comerciais locais; recompor a mata ciliar do Rio Subaé, junto aos limites do imóvel, a
112 região Wetland, ou seja, eles apontam essas medidas para remediação da área da
113 fábrica. Esse relatório foi entregue em 2018/2019 e o que o GT pediu em fevereiro
114 de 2020 ao INEMA o cálculo da cubagem total do solo contaminado, ou seja, como o
115 relatório trás o nível do solo das áreas contaminadas seria com bases nesses dados
116 brutos, ou seja, qual o volume de solo contaminado na área da fábrica e a
117 composição química dos contaminantes do solo; parecer técnico sobre o Plano de
118 intervenção proposto no item 5 do documento "Análise de Risco à Saúde Humana e
119 Plano de Intervenção" (Atendimento a notificação 2018-006832/TRC/NOTC-0625 de
120 31/07/2018, elaborado pela Geointegra), avaliando as adequações técnicas da
121 implantação de tais medidas, incluindo custos, impactos ambientais, prazos etc, para
122 que se der continuidade ao processo, o relatório recomenda a remediação e até
123 agora fica por isso mesmo, que avanço é preciso ser feito, para que se busque
124 esforços e alguma remediação seja executada o quanto antes. Se essas
125 remediações propostas forem adequadas, que elas sejam imediatamente
126 implementadas e se não forem adequadas, apontar porque que não são e por último
127 lembrou que esse relatório ele trata apenas do solo e da escória da área da fábrica e
128 vizinhança imediata e sabe-se que o município de Santo Amaro também continua
129 sendo contaminado por escória que foi espalhada pela área do município, em
130 aterros principalmente de ruas, ruas até de distrito fora do centro foram
131 consolidadas, feito o adensamento do solo antes do asfalto e do calçamento com a
132 escória de chumbo, então essa escória continua sendo fonte de contaminação, o
133 sedimento do estuário e do manguezal também está contaminado, então tudo isso
134 ainda precisa ser colocado nessa conta de descontaminação de remediação de todo
135 esse grande impacto que é o chumbo lá em Santo Amaro. Mas pelo menos a

136 remediação da área crítica da fábrica precisaria ter essas respostas para ver qual
137 valor, investimento e impactos que isto geraria e que se busque junto ao Governo
138 que isso seja feito. Destacou que foi muito importante a formação do GT, por dois
139 aspectos: um para conseguir realmente ter acesso a todo conteúdo dos processos
140 que estão no INEMA e fazer essa discussão mais aprofundada e também para se
141 integrar com outras ações como GT que a Defensoria do Estado da Bahia está
142 promovendo também para discutir a questão do chumbo e outros problemas de
143 Santo Amaro, ou seja, o GT consolida uma forma de ação mais substancial.

144 Renato Cunha – Gambá, membro do GT de chumbo concordou com a fala de
145 Miguel e toda análise que foi feita nos documentos que teve acesso no INEMA em
146 uma reunião com os técnicos e também os representantes da saúde participaram
147 bastante e claro que é uma questão histórica que já vem há muito tempo
148 acontecendo e é preciso realmente tomar uma medida concreta para remediar o
149 problema histórico que acontece na região de Santo Amaro tanto para os
150 trabalhadores, para os ex-trabalhadores, a população, a questão da qualidade do
151 Rio Subaé que vem inclusive sendo poluído ao longo do tempo também e inclusive
152 ele vai para a Bahia de Todos os Santos e esse impacto vai se disseminando e não
153 para. Então é importante a presença do Secretário de Saúde também para que se
154 possa efetivamente encaminhar uma solução para esta problemática que é histórica.
155 Ressaltou a importância dessa questão do GT no CEPRAM para que os
156 conselheiros possam estar presentes na análise de problemáticas levantadas e que
157 são fundamentais sim para que o CEPRAM acompanhe com eficiência esses
158 processos que incomodam a toda a sociedade e as pessoas que são contaminadas
159 e atingidas pelo problema.

160 Marcos Machado – INEMA agradeceu ao GT Chumbo e pontuou que essa
161 participação do GT é importante para unir esforços ao INEMA, porque essa questão
162 do chumbo é histórica, pelo menos a ciência da contaminação ela vem da década de
163 60 e ao longo dos anos isso tem sido acompanhado, mas à medida que há a
164 mudança de gestão, mudança de pesquisadores das Universidades, vão havendo
165 estudos, mas não se chega a um denominador comum de fato ou uma solução fática
166 para o problema. Então a equipe atual do INEMA que está acompanhando essa
167 situação começou a se debruçar lá em 2014, 2015 uma equipe nova e esses
168 estudos e acompanhamentos são datados de longas datas, mas infelizmente não
169 houve continuidade disso. A equipe do INEMA que hoje se debruça sobre essa

170 problemática começou do zero basicamente e teve um trabalho de tentar buscar
171 essas informações já que estas são espaciais para conseguir chegar até o ponto que
172 encontra-se hoje, inclusive de pesquisa de vários setores de Universidades distintas
173 que fizeram pesquisas sobre a questão do chumbo. Disse que pessoalmente esteve
174 no local junto com a equipe para entender um pouco do problema também na fábrica
175 e como bem o Miguel comentou o problema não é só a escória que está depositada
176 no sítio da fábrica. Ao longo dos anos durante a operação da empresa que chamava
177 Penarroja uma empresa francesa, esses contaminantes de chumbo, cádmio e
178 outros prejudiciais a saúde eram expostos ao ar inclusive, através de chaminés e o
179 vento levava ao longo de toda a cidade de Santo Amaro, além da questão da escória
180 que foi usada para pavimentação, existe notícia de depoimento que essa escória foi
181 utilizada também como argamassa na construção de casas. Enfim a escória e os
182 produtos oriundos da atividade dessa empresa foram distribuídos para a população
183 de diversas formas, até os filtros de chaminé também foram depositados de
184 qualquer forma e tem relatos que a população utilizou esses filtros até como
185 travesseiros e colchões contaminados com esses materiais. Então de fato a
186 abrangência é muito grande e assim alguns especialistas dizem inclusive que a
187 solução para a cidade ficar salvo da contaminação, seria removendo a cidade
188 inteira. A equipe do INEMA hoje está focando no sítio da empresa propriamente dita
189 e no seu entorno, então a empresa a pedido do INEMA, depois de todo esse tempo
190 de investigação, apresentou o plano de Intervenção, que seria o plano de
191 remediação que possui várias etapas e que o INEMA ainda está analisando. Então
192 ainda realmente não há um martelo batido em relação a isso, provavelmente o
193 INEMA não vai aceitar exatamente como está posto no estudo, mas isso ainda está
194 em análise. Então esse parecer ao qual o Miguel mencionou, ainda vai ser produzido
195 positivamente ou negativamente solicitando outras soluções, mas pelo que tem
196 acompanhado a equipe um dos maiores problemas que se vem percebendo em
197 relação a empresa hoje que assumiu o passivo, que é a chamada Plumbum, tem
198 sede em São Paulo e essa empresa se quer opera mais qualquer outra fábrica ou
199 lavra de minério, ela ainda mantém o CNPJ ativo apenas para administrar o passivo
200 de Santo Amaro. Eles alegam todo tempo que não possuem capital para isso, a
201 dotação orçamentária deles é baixa, então o INEMA ainda se esbarra nesse
202 problema gigantesco que é: a necessidade de uma remediação, o custo dessa
203 remediação que é altíssimo e a incapacidade da empresa Plumbum de abraçar esse

204 valor da descontaminação da área. Por vezes o INEMA, em reunião sugeriu ao
205 Ministério Público Federal que acompanha o caso, pois existe uma ação judicial
206 também em curso de que se buscasse junto ao Ministério Público francês localizar a
207 empresa anterior que é a Penarroya, que é a real contaminadora e a Plumbum
208 herdou um passivo que data da década de 60 ou até anterior a isso. Pontuou que
209 soube que um deputado federal que realizou uma audiência pública sobre isso e ele
210 se comprometeu a através do Congresso Nacional buscar essas informações, junto
211 ao Ministério Público Federal e ao Governo Francês da empresa francesa
212 Penarroya, de talvez fazer com que ela também tenha responsabilidade sobre essa
213 remediação. Em relação à cubagem, a um tempo, independentemente da sugestão
214 do GT o INEMA já vinha buscando a empresa para uma reunião para tratar
215 justamente desse plano de intervenção e outros itens das notificações do INEMA
216 emitidas, mas sem sucesso, veio a pandemia, os representantes da empresa estão
217 todos sediados em São Paulo e o INEMA ainda não conseguiu que essa reunião
218 acontecesse nem de maneira virtual. Depois da sugestão do GT Chumbo, o INEMA
219 acatou as sugestões e notificou a empresa, então a empresa já está notificada a
220 promover a cubagem nos termos que o GT solicitou, além da composição química
221 dessa escória e o INEMA está aguardando a resposta dessa notificação e também
222 vem aguardando o momento de reunião com a empresa para tratar além desse
223 assunto da última notificação, a questão do plano de intervenção. Por hora é isso, de
224 fato a situação não é simples, é uma contaminação histórica na cidade inteira, essa
225 escória foi distribuída por toda cidade, mas o volume maior dela, ainda está
226 localizado no sítio da empresa e esse é o foco hoje do INEMA. Em relação ainda a
227 pavimentação das ruas, existe até um termo de ajustamento de conduta firmado
228 com a Embasa e com a prefeitura de Santo Amaro que impede a remoção desse
229 material das ruas, mas o INEMA também não sabe até que ponto esse TAC está
230 sendo cumprido, se ele está vigente ou não. Então, foram uma das medidas que
231 foram feitas para evitar se remover ou revirar essa escória que está depositada nas
232 ruas de Santo Amaro, evitando assim qualquer potencialidade de novas
233 contaminações, mas é obvio que essas medidas ainda são insipientes e o INEMA
234 vai precisar da contribuição sim da Universidade, do CEPRAM e de quem puder
235 somar nesse processo para poder conduzir pelo menos essa empresa Plumbum na
236 melhor solução e que caiba também no orçamento, porque não adianta o INEMA
237 cobrar algo de uma empresa que ela jamais vai ter condições orçamentárias de

238 executar e talvez o CEPRAM tentar cobrar a solução que não partiu só do INEMA,
239 mas de um deputado federal de tentar buscar a responsabilização da empresa
240 francesa que não se sabe o paradeiro até então.

241 Severino Agra – UFBA a proposta de intervenção vem baseado em um relatório de
242 análise de risco, mas não sabe qual a abrangência foi considerada desse trabalho
243 da análise de risco. Ele considerou a área externa de pavimentação, isso é
244 importante saber, pois existem estudos antigos feitos pela UFBA, precisamente,
245 sobre a coordenação do Professor Fernando Carvalho, e inclusive tem o mapa da
246 área contaminada dessa pavimentação de toda cidade, então seria conveniente
247 fazer o contato com o professor Fernando do Mestrado de Saúde, Ambiente e
248 trabalho e ter o histórico de toda essa polêmica e problemática, que foi baseada no
249 estudo da UFBA com o professo Fernando Carvalho, professora Tânia Tavares na
250 frente que suscitou a problemática desse chumbo e que foi graças a esses estudos
251 que o Secretário de Saúde da época Dr. Jorge Novis pediu .a interdição da fábrica.
252 Então esse histórico está lá, depois tiveram alguns movimentos importantes que a
253 Embasa teve que fazer, alguns serviços de instalação de obras em Santo Amaro e
254 foi verificado que quando se movimenta a pavimentação, os teores de contaminação
255 aumentam, também existem estudos sobre isso na UFBA. Por isso que tem o TAC
256 sobre a movimentação da pavimentação, porque ela está bastante associada ao
257 aumento da contaminação quando se meche na pavimentação. Isso é só para
258 lembrar que essa abrangência é importante, talvez hoje é provável que a
259 contaminação da pavimentação esteja muito maior grau de risco do que o que está
260 dentro da sede, portanto alguma medida tinha que ser pensada em termos da
261 pavimentação externa, existe também no histórico a tentativa de uma empresa que
262 tentou usar a escória para fazer um aproveitamento industrial que provou-se que
263 tem conteúdo econômico para se aproveitar. A polêmica da época é se isso seria
264 levado para uma área industrial e ser aproveitado ou se criaria uma fábrica no local,
265 infelizmente não chegou a conclusão, a empresa desistiu do empreendimento, que
266 na verdade ia voltar a ter um foco de problema no mesmo local, mas seria
267 conveniente até a escória ser retirada o que eliminaria mais o problema de
268 manutenção, porque na proposta de intervenção que Miguel falou, fala
269 simplesmente de gerenciamento dos resíduos e tem que explicar o que eles
270 chamam de gerenciamento. O mais importante no momento é que já exista
271 gerenciamento e monitoramento da área de pavimentação que é onde está expondo

272 mais a população, a maioria dessa população usa água de poço de lençol freático e
273 esta está bastante suscetível a contaminação, pois qualquer movimentação da
274 pavimentação quando chove aparece contaminação na água do poço. Nesse caso
275 deveria evitar que as pessoas usem água do poço e o poder público fornecesse
276 água de qualidade para a população e retirar a pavimentação ou arranjar uma
277 maneira de contenção dessa pavimentação para que não atinja o lençol freático.
278 Então, é importante saber se essa análise de risco contemplou esses problemas, se
279 não a proposta de intervenção fica restrita. Um segundo ponto é se está tendo
280 monitoramento desses poços existentes de contaminação, nesse caso monitorar
281 seria o mínimo necessário de imediato para não deixar a população usar água
282 desses poços contaminados. E o outro seria o governo entrar nessa busca de
283 informação e acompanhar a proposta do deputado federal e o Governo do Estado
284 pedir a nível federal informações sobre a empresa, talvez um deputado federal tenha
285 uma agilidade diferente de um governador, para que esta resposta venha logo, pois
286 nas legislações internacionais a empresa originária tem co-responsabilidade sim
287 pela solução desse problema, existem várias convenções internacionais que
288 obrigam a empresa a continuar co-responsável pelo resíduo, mas isso é uma
289 articulação que tem que ser a nível governamental e levar para a instância federal
290 para que isso seja responsabilizado e a solução seja dada.

291 Conceição – Conselho Pastoral dos Pescadores de Santo Amaro (Convidada),
292 parabenizou a todos que estão comprometidos com a descontaminação de Santo
293 Amaro. Pontuou que esse trabalho do GT é super importante e ele surge a partir de
294 uma proposta da Defensora Pública Marta, em uma Audiência Pública que houve
295 em Santo Amaro no dia 20/07/2018 que o Conselho Pastoral dos Pescadores junto
296 com o professor Miguel Accioly desde a proliferação do sururu em que foi feito um
297 trabalho de pesquisa e percebeu-se que era por conta desse descontrole ambiental
298 e chegou-se a articular com a Defensoria Pública. A Ouvidoria da Defensoria Pública
299 e realizou a audiência de onde surgiu esse GT retomando essa discussão histórica
300 da contaminação de chumbo em Santo Amaro, que é necessário, pois as pessoas
301 continuam vitimizadas, adoecendo e morrendo por conta da contaminação do
302 chumbo, então não é uma coisa do passado, nem é uma coisa resolvida, precisa
303 sempre que cair no esquecimento é preciso retomar essa discussão e trazer para
304 pauta novamente. No que se refere ao plano de Intervenção apresentado, perguntou
305 ao INEMA se existe perspectiva de retorno em termos de datas, porque se não

306 existe é preciso firmar aqui esse compromisso, definindo pelo menos uma
307 perspectiva de data para ter esse retorno e também trazer a questão que foi dita
308 hoje sobre o TAC da movimentação do solo em Santo Amaro, pois parece que esse
309 TAC não está sendo respeitado, devido às obras que aconteceram no ano passado,
310 então pede apoio para como atuar nesse sentido. Outro ponto também é que a
311 população de Santo Amaro está correndo novo risco de mais uma contaminação,
312 porque está para ser implantada em Santo Amaro uma nova fábrica Orbiquímica que
313 trabalha com anti - ferrugem e que vai trazer um grande nível de poluentes. Então as
314 comunidades pesqueiras estão discutindo como atuar no sentido de prevenir que
315 essa fábrica não seja mais uma a contaminar o povo de Santo Amaro. E ao invés de
316 melhorar e amenizar a situação soma-se mais degradações e que é considerado
317 como racismo ambiental que vai se instaurando naquele lugar, como lugar de zona
318 de sacrifício, onde as pessoas podem ser sacrificadas em nome de um
319 desenvolvimento que na verdade não produz uma verdadeira distribuição de renda.
320 Gostaria que fossem considerados esses pontos e agradeceu a atenção de todos.

321 Jefferson Cerqueira – GERMEN pontuou que estudou muito isso para o mestrado,
322 foi um dos primeiros pesquisadores a pesquisar a biomagnificação que é o processo
323 da entrada desses metais pesados na cadeia trófica e é uma coisa séria e a
324 ignorância em relação aos contaminantes de metais pesados é muito parecida com
325 a ignorância que o pessoal tem sobre a COVID, onde o pessoal ignora o
326 comportamento do vírus. O problema é tão difuso que realmente precisa da ação de
327 Estado e é necessário ver as obrigações de cada setor, ver o que tem de recurso
328 para cada setor e talvez até criar um Fundo para isso, claro que colocar
329 responsabilidade na empresa, mas já é uma praxe dessas empresas estrangeiras
330 virem aqui absorvem o núcleo e espalham prejuízo para a sociedade pagar, pois
331 não se pode deixar a população agrícolas que vivem cavando e precisam plantar e
332 se for dimensionar a contaminação desse solo o que entra e o que é produzido vai
333 se conseguir dimensionar não só o problema ambiental, de saúde e o econômico. E
334 tem que ter muito cuidado mesmo na forma de tratar esse problema para que não se
335 crie uma área de exclusão econômica, mas realmente é um dos maiores problemas
336 de contaminação do mundo e tem que levar esse assunto a sério, pois isso já está
337 muito atrasado e existiram diversos professores que desde o início se debruçaram e
338 tentaram pensar nessas coisas e articular e o Grupo GERMEN está à disposição
339 para ajudar nesta articulação.

340 Leonardo Carneiro – INEMA esse problema já vem sendo estudado há muitos anos
341 e há alguns anos atrás, depois de feito um estudo com a participação da UFBA, uma
342 empresa Argentina foi licenciada pelo INEMA e ela iria retirar a fonte de
343 contaminação da área, isso sim que resolveria o problema pelo menos amenizar,
344 pois nota que tem muitos estudos, muito monitoramento, o qual não reduz impacto
345 nenhum, monitoramento apenas melhora o impacto da área, então diz que ficou
346 triste porque o INEMA licenciou essa empresa e esta tinha o interesse, claro na
347 época o minério tinha preço elevado e obviamente toda empresa privada tem um
348 interesse econômico, no entanto na época iria remover esse passivo da área
349 industrial, porém teve uma manifestação muito contrária alegando um possível risco
350 e conseqüentemente a empresa desistiu do projeto. E esse seria um grande passo
351 para resolver esse problema.

352 Luiz Vitor – IDEIA deu os parabéns ao GT e observando com atenção a conversa de
353 Marcos, percebe-se que parece que há um interesse em atribuir a responsabilidade
354 da remediação ou da mitigação dos efeitos deste descontrole da atividade privada
355 para cima do meio ambiente que deve ser tutelado pelo Estado. É claro que não vai
356 pensar que o poluidor vai ficar de graça, mas a responsabilidade do Estado por se
357 tratar de uma questão de ordem pública e saúde pública a responsabilidade é do
358 Estado de resolver esse problema. Mas ficar na expectativa de localizar a empresa
359 responsável na França e conseguir recurso para vir resolver o problema aqui no
360 Brasil, essa é uma ação do Estado contra o privado, agora tem que haver uma ação
361 do Estado para resolver o problema da saúde pública e essa é a responsabilidade
362 do Estado. Uma parte de toda receita ambiental é ou deveria ser destinada para
363 remediar essas situações. Então não consegue compreender exatamente porque
364 mesmo que está esperando o ente privado vir para cá para resolver o problema, a
365 responsabilidade é objetiva e é do Estado, é imprescritível e que tem que resolver
366 por ser um interesse público, de saúde pública tem que ser o Estado. O Estado vai
367 ter uma situação de regresso contra quem fez o mal feito perfeitamente, mas a
368 população não pode ficar esperando isso acontecer.

369 José Roberto Celestino – ABES pontuou que participou de um GT do CEPRAM há
370 uns 12 anos, esse assunto foi extremamente debatido, inclusive existia um grupo de
371 diversas secretarias do Estado da Bahia que eram coordenadas pela Secretaria de
372 Tecnologia e em primeiro momento existe uma necessidade muito grande do Estado
373 falar com o Estado, ou seja, resgatar isso, tem, muita coisa que foi estudada, além

374 dos trabalhos que já foram citados, houve um grupo também do instituto de
375 Geociências que fez uma pesquisa muito ampla sobre essa questão de remediação.
376 Já foi falado da questão de uma empresa que tentou licenciar um projeto para o
377 aproveitamento, foi lamentável realmente que isto tenha dado para trás, devido as
378 dificuldades que foram impostas foram tão grandes que a empresa desistiu, ou seja,
379 acabou não ajudando em nada essa pressão. Pontuou que esse momento o estudo
380 está muito bom, bem feito o trabalho do GT, mas ele está muito focado na área da
381 unidade e essa área da unidade está ali cercada e isolada lógico que ela tem que
382 ser remediada, mas disse que em termo de saúde pública o que tem que ser
383 pensado é na situação da cidade como um todo e a situação é grave exatamente aí,
384 porque o problema de saúde pública ele não está centrado na área da fábrica e sim
385 na cidade como um todo, porque na época a empresa doou escória que foi usada
386 para pavimentação de rua, para fazer argamassas das casas, então enxerga que
387 esse momento o foco tem que ser em saúde e isso já tem quinze anos e é
388 importante que se enxergue esse foco de como remediar para minorar essa
389 questão de saúde, porque o problema já é muito grande e muito antigo e que não se
390 deixe de fazer esses resgate do que foi feito, inclusive tinha um professor de
391 geociências que apresentou um levantamento de áreas da cidade com um
392 determinado equipamento e fez um mapeamento. E não esquecer em primeiro lugar
393 da população, da saúde pública independente da ação importante de fazer a
394 remediação na área da fábrica.

395 Ruy Argeu – FECOMÉRCIO trouxe o enfoque do problema para outro prisma, tem-
396 se bastante estudos, mas em nenhum deles foi apresentado o custo, este aspecto é
397 o mais importante neste momento e de que maneira vai haver o pagamento disso,
398 se da empresa, do Estado, de quem for, o mais importante é se firmar um custo da
399 execução do projeto como um todo e criar etapas. Se há possibilidade de venda do
400 resíduo, tem que trabalhar se esforçando e aqui esse grupo pode ajudar nisso
401 entendendo como o mal menor de que a situação que estar vai voltar a buscar esta
402 fábrica para ver se ainda é viável e em que condições é viável voltar a explorar e o
403 Estado, dizer o quanto ele pode a cada ano investir para que se faça um orçamento.
404 O CEPRAM vai ficar aqui discutindo e monitorando por mais 50 anos, pois esse
405 problema do chumbo data da década de 50, 60 e não vai resolver. É preciso ir para
406 o finalmente do problema, a discussão ade eterna não resolve. Precisa focar na
407 solução.

408 Ericka Martins – SESAB pontuou que a formação do GT foi muito importante. Fez
409 um breve relato da saúde, explicando que em 2003 foi realizada uma avaliação de
410 risco da saúde dessa população exposta a contaminantes químicos no município de
411 Santo Amaro pelo Ministério da Saúde, então eles identificaram 03 grupos de
412 população que estariam mais expostas: a população que está no entorno da fábrica;
413 a população consumidora de moluscos; as famílias de pescadores e os ex
414 trabalhadores e os seus familiares. Diante dessa situação o Governo do Estado fez
415 a criação de um Grupo de trabalho intra-setorial da SESAB, onde era composta por
416 diversas diretorias desde a atenção básica; a vigilância a saúde, que envolve desde
417 saúde do trabalhador, a sanitária, a epidemiológica, ambiental; como também o
418 centro de intoxicação – CIATOX; o Lacen que é o laboratório Central; a questão da
419 emergência, então assim várias áreas da saúde elas foram envolvidas e fazem parte
420 desse GT intra – setorial da SESAB. Em 2010 foi elaborado, implantado e publicado
421 o Protocolo de Vigilância e atenção a Saúde dessa população exposta a chumbo,
422 cádmio, zinco em Santo Amaro. A partir de 2011 esse processo de implantação do
423 protocolo no município de Santo Amaro ela vem sendo feita, baseada no Plano de
424 Ação, claro com a participação do município, porque esse protocolo é implantado
425 nas Unidades de Saúde do Município. Mas claro que com as mudanças de gestão
426 municipal, às vezes atrapalha um pouco essa implantação, porque inicia-se um
427 processo de capacitação dos profissionais de saúde. Informou que no próprio
428 município foi formado um GT da saúde onde tem também as representações dos
429 municípios, onde eles se reúnem. Ao longo desses anos o Centro de Atenção a
430 Saúde do trabalhador também realizou a avaliação de saúde em ex- trabalhadores
431 expostos aos metais. Então a SESAB também vem trabalhando, vem capacitando e
432 identificando qual a população que está mais exposta, e as Unidades de Saúde mais
433 próximas do entorno e de tentar fazer a implantação desse protocolo. Claro que para
434 essa implantação existe uma série de outros trabalhos que são feitos, como essa
435 capacitação de toda a rede de saúde para a implantação e acompanhamento dessa
436 população. Foi muito bom o GT do CEPRAM para conhecer também o trabalho que
437 o INEMA vem fazendo diante dessa situação, para poder entender até onde estaria
438 mais próximo. A SESAB já está pleiteando a questão de monitoramento da água
439 para consumo humano, ou seja, a água que a população consome a SESAB
440 também está fazendo a análise de substâncias químicas. A importância das
441 Universidades estarem nesse trabalho. Pontuou que o ano passado a UFRB

442 também estava fazendo um trabalho de identificação e mapeamento junto com o
443 apoio do município e do Estado. Pontuou que a SESAB teve o cuidado de resgatar
444 todos esses trabalhos que foram elaborados em relação à saúde para poder ter
445 conhecimento do que os pesquisadores encontraram nesses estudos e sempre que
446 necessário o Ministério da Saúde também participa dessas reuniões.

447 Miriã Caetano da Silva- SECEX pontuou que este foi um assunto que suscitou várias
448 contribuições, esse GT tem suas reuniões contínuas e a SECEX se compromete
449 inclusive em informar as datas desses encontros. Existe um Grupo também formado
450 pela Defensoria Pública, onde amplia bastante essa discussão. Muitas informações
451 do GT Chumbo do CEPRAM são levados para esse GT da Defensoria e vice-versa.

452 Evilásio Fraga – FAEB destacou que está bem claro a gravidade do problema e a
453 importância de tratar o problema. Mas se falou bastante dos problemas de saúde do
454 passado e de que permanecem hoje, mas não se mensurou e se apresentou nesta
455 reunião de hoje os problemas efetivos. Para os Conselheiros que estão aqui
456 assistindo e para as pessoas que vão ter acesso a essa reunião via ata ou ouvindo o
457 próprio áudio, identificou a carência da objetividade no sentido do problema que está
458 acontecendo hoje. Se disser o problema de forma objetiva, isso cria uma perspectiva
459 de mobilização maior da sociedade para enfrentar o problema já que todo mundo
460 concorda que o problema é grave. E em cima do que Accioly colocou referente à
461 Agricultura é um fato real e é necessário saber quanto desse material que não são
462 nutrientes para as plantas, mas elas absorvem esses nutrientes e eles vão sendo
463 retirados do solo, inclusive as plantas é uma forma de remediar. Só que quem usa
464 esses alimentos, vegetais e dependendo da intensidade e frequência que usa pode
465 efetivamente sim ter algum problema residual e a outra questão é que se falaram
466 especificamente em um bivalve que é o sururu e a característica do bivalve é que ele
467 se alimenta exatamente filtrando as partículas em suspensão na água. Então tem
468 alguma coisa que comprove os níveis de contaminação desses bivalves,
469 comercializados na região de Santo Amaro? O problema realmente é grande, mas é
470 necessário saber a dimensão e dependendo do que se indique essa dimensão
471 realmente tem que se tomar uma providência e depois cobrar de quem é a conta.

472 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA parabenizou a apresentação do
473 Grupo de trabalho, porque realmente trás um diagnóstico de propostas efetivas.
474 Essa contaminação do Chumbo em Santo Amaro é uma herança que não é boa,
475 especialmente para Bahia e para a população de Santo Amaro. Outro ponto é que

476 essa situação já vem se arrastando por algum tempo, então é obvio que não é uma
477 solução fácil e é necessário buscar ações a curto, médio e a longo prazo, pois não
478 dar mais para ficar convivendo com esta situação. Um dos pontos que mais chamou
479 atenção é a situação de responsabilidade jurídica da empresa, a empresa
480 simplesmente repassou a responsabilidade para outra empresa e pelo diagnóstico
481 está dizendo que essa empresa não tem a estrutura para responder por isso. O
482 segundo ponto é a questão da contaminação do lençol freático, quem é da área
483 sabe que é uma das maiores dificuldades que o Estado tem hoje é o trabalho
484 direcionando para despoluir lençol freático, esse é um dos grandes desafios da
485 sociedade moderna é essa questão de poluição no lençol freático. Outra questão é
486 quando se fala no papel do Estado, o Estado tem responsabilidade, mas muitas
487 vezes se esquece que o trabalho desenvolvido pelos colegas saúde com muita
488 competência é o papel do Estado, o trabalho desenvolvido pelo INEMA é um papel
489 do Estado, e o mínimo que a SEMA está desenvolvendo é um papel do Estado,
490 então é necessário entender isso, pois às vezes fica-se no discurso do Estado
491 mínimo e só lembra do Estado nos momentos de dificuldade. Propôs que se possa
492 ter no menor espaço de tempo (30 à 60 dias) um documento consubstanciado do
493 diagnóstico do que está sendo enfrentado hoje, o que pode-se enfrentar no futuro, a
494 questão da contaminação do lençol freático e outros pontos que foram levantados,
495 com o envolvimento das Universidades, onde se tem a ciência, a tecnologia que
496 pode ajudar muito, a UFBA esta fazendo isso, a UFRB, o Estado e Município para
497 construir esse documento e de posse desse documento que o CEPRAM pudesse
498 levar isso a Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa – ALBA; a
499 Comissão do Meio Ambiente Federal, ao próprio Gabinete do Governador e se
500 buscar soluções. Não é possível que essa empresa que foi responsável pela
501 contaminação, simplesmente passe para outra empresa e fique por isso mesmo.
502 Márcia é testemunha que a Bahia teve uma reunião com o Ministro da Espanha e
503 quando tocou-se na situação do óleo no Nordeste, eles disseram que há onze anos
504 atrás eles entraram com uma ação de um desastre que aconteceu envolvendo a
505 Espanha e parte de Portugal e só agora 11 anos depois é que a Espanha ganhou a
506 ação. Então disse que tem que buscar as ações que o Estado pode participar para
507 amenizar essa situação e buscar a instância para responsabilizar os responsáveis
508 por essa realidade.



509 Marcos Machado – INEMA informou que o INEMA está nessa investigação e na
510 determinação de soluções administrativas que é da responsabilidade do INEMA.
511 Mas informou que existe já em curso uma ação civil pública, que talvez fosse
512 interessante o CEPRAM, através do GT ou da mobilização social verificar o
513 andamento dessa ação civil pública junto ao Ministério Público Federal, o qual é o
514 autor dessa ação que ainda está em curso, teve início no ano de 2003, cujo nº é
515 2003.3300000238-4, esta ação está em curso na terceira vara cível aqui da Sessão
516 Judiciária Federal. Pontuou que o momento processual dela não saberia dizer, mas
517 talvez fosse interessante que a Sociedade Civil cobrasse celeridade no âmbito em
518 curso dessa ação civil pública, o réu é justamente a empresa, que salve engano não
519 sabe se tem arrolado com o réu o Estado da Bahia talvez. Pontuou ainda que
520 INEMA tem enviado ao Ministério Público todas as ações e ao final desse parecer
521 que vai ser produzido vai ser encaminhado tanto ao Ministério Público Federal,
522 quanto ao Juízo Federal também.

523 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que já existem dois encaminhamentos, o
524 que o Secretário propôs e o acompanhamento da ação civil pública e a proposta é
525 que o Grupo de Trabalho agende o mais breve possível uma reunião, já com a
526 participação dos conselheiros e também dos técnicos e convidados que puderem
527 colaborar com as informações, e a partir do Grupo formular e dar encaminhamento a
528 essas ações.

529 Renato Cunha – Gambá frisou a importância do GT e disse que essas questões
530 emblemáticas do Estado o CEPRAM não pode ficar a margem do processo, então
531 ter trazido essa discussão para o Conselho através desse GT está sendo
532 fundamental para saber de toda essa problemática e estudos que já foram
533 colocados, e realmente tentar trazer a solução do problema, é o que mais se deseja.
534 É fundamental trabalhar em uma força tarefa para conseguir viabilizar uma proposta
535 concreta da remediação, não só dentro da fábrica, como para a sociedade de Santo
536 Amaro como um todo. Então, disse ser importante a continuidade do Grupo, pode
537 ser ampliado com novos membros, para que essa questão continue sendo discutida
538 dentro do CEPRAM, que a instância importante para que essas questões sejam bem
539 debatidas.

540 Miriã Caetano da Silva – SECEX fez uma ressalva que a reunião é pública, mas é
541 preciso disciplinar o uso do CHAT, inclusive os convidados têm direito a voz, disse
542 isso desde a última reunião. O CHAT ajuda muito, pois auxilia na reunião para as

543 votações, para os registros da SECEX, mas convidados especialmente para se
544 manifestarem devem se inscrever. Então o encaminhamento será feito a partir do
545 Grupo de trabalho e a SECEX se compromete inclusive após agendamento dar
546 ciência a todos os conselheiros e demais convidados que tiverem interesse em
547 participar com suas contribuições.

548 Manoel Ailton Rodrigues – Comunidade Quilombola pontuou a importância de além
549 do município, colaborar na construção desse documento, também tenha a presença
550 da sociedade civil local e também de alguma ONG que esteja no município.

551 Miriã Caetano da Silva –SECEX passou para o próximo ponto de pauta que refere-
552 se a criação do GT para acompanhamento dos atos autorizativos no Bioma Cerrado
553 e esse é um requerimento que Renato Cunha vem fazendo com mais alguns
554 conselheiros e vem reiterando inclusive, está nessa pauta em razão do pedido de
555 que aqui fosse colocado para que o CEPRAM delibera-se para a criação desse
556 grupo e solicitou que Renato falasse um pouco sobre esse ponto.

557 Renato Cunha – GAMBÁ pontuou que acabou de ver neste último tema a
558 importância de um GT do CEPRAM para discutir casos que chama a atenção da
559 sociedade, dos conselheiros, então mostra essa importância que o CEPRAM tem
560 que resgatar também para discutir casos bastantes emblemáticos, concretos. Essa
561 questão do Cerrado é uma questão que já vem sendo colocada no CEPRAM já tem
562 uns 03 à 04 anos que se coloca casos pontuais e casos gerais do que vem
563 acontecendo no Cerrado da Bahia e tem se acompanhado pelo Diário Oficial que
564 várias autorizações tem saído pelo INEMA tanto de autorização de supressão de
565 vegetação, como também de outorgas dos rios lá da região e muitas dessas
566 questões tem gerado conflitos e a sociedade civil gostaria trazer essa questão para
567 o CEPRAM, pois o Conselho não pode ficar à margem desse processo e de outras
568 questões muito importantes. Então a ideia de criar esse grupo de trabalho seria para
569 em diálogo com o próprio INEMA conseguir identificar mais detalhadamente quais
570 são as informações que são dadas pelos solicitantes dessas autorizações para que
571 recebam uma aprovação das outorgas e das RSV e quais são os procedimentos e
572 critérios que são utilizados dentro do INEMA, além de dar mais transparência para
573 essa questão. Isso é uma preocupação que se ver geral, no Comitê da Bacia
574 hidrográfica do São Francisco essa discussão tem rolado com a supressão e
575 desmatamento do Cerrado, então é importantíssimo se trazer essa discussão para o
576 Conselho, através desse GT para que alguns Conselheiros que se interessem em

577 aprofundar nessa questão ouvirem melhor do INEMA o que acontece e como
578 acontece a liberação dessas informações, e até poderem dar sugestões para que
579 essa questão seja melhor encaminhada dentro da problemática toda que tem
580 acompanhado de supressão e desmatamento que acontece em vários lugares do
581 Cerrado Baiano e do Cerrado Nacional. Importante trazer essa discussão para o
582 CEPRAM, já que este é o colegiado que analisa, acompanha e monitora as políticas
583 públicas do Estado da Bahia.

584 João Araújo – ASSOCAFÉ disse que essa colocação é fora de propósito, pois o GT
585 anterior que discutiu sobre a contaminação de chumbo em Santo Amaro era para
586 ajudar na apuração de um crime que já aconteceu à 60 anos e que precisa agregar
587 pessoas que se interessem para avançar na apuração. Explicou que Renato e ele
588 que estão no CEPRAM há muito anos sabem que a legislação da Bahia que presidia
589 as licenças ambientais não deixava o Estado avançar no que precisava, sabe-se de
590 processos de licenciamento ambiental que ficavam sobre vista de conselheiros por
591 meses e só fazia atrasar. Pontuou que foi um avanço muito grande o Governador
592 Wagner ter concordado com o Secretário Eugênio e ter apoiado o avanço que se
593 conseguiu para chegar ao estágio atual da legislação. Não se pode agora para
594 atender alguns conselheiros que fazem parte da bancada da contemplação, de
595 querer que isso volte para o passado, pois isso vai retroagir no avanço que foi
596 conseguido. O Oeste da Bahia, modesta parte é uma das áreas do Estado que mais
597 crescem e se desenvolvem e criar um GT para fazer sombra a esse avanço e
598 desenvolvimento que já se conseguiu é sem sentido. É função do INEMA dar
599 licença, todos os licenciamentos e as outorgas estão sendo dadas dentro da lei, se
600 existe alguém que fez algum uso indevido de algum recurso no Oeste que seja
601 apurado, mas não é o caso, pois não se tem visto esses crimes eventuais. Então a
602 proposta é que isso seja descartado por falta de justificativa que o sustente.

603 Amanda Santos – ADES reiterou a solicitação enquanto Sociedade Civil, para a
604 criação do GT, concordando e reforçando a fala do Conselheiro Renato e pedindo
605 licença ao Conselheiro João para discordar totalmente da fala dele, porque a criação
606 de um GT ela vai contribuir para um olhar da realidade e um olhar a partir da
607 perspectiva de gestão ambiental, que é o olhar necessário do CEPRAM para todas
608 as liberações, autorizações que o INEMA vem fazendo recorrentemente no Cerrado.
609 Márcia Telles reitera sempre que todas as autorizações são feitas dentro das
610 prerrogativas da legislação, mas para além da legislação existe o que também é a

611 realidade e o olhar da gestão ambiental que é necessária ser feita para o Cerrado. O
612 que se percebe é que a gestão atual que vem sendo feita, o olhar dela é de um
613 crescimento econômico a revelia de todos os impactos sociais, ambientais na região
614 do Oeste da Bahia, então não se considera todos esses impactos e achasse que
615 existe o desenvolvimento apenas pela perspectiva econômica e essa perspectiva é
616 limitada e concentrada na mão de uma parcela muito pequena da população, em
617 que qualquer estudo que possa olhar para a região Oeste da Bahia se consegue ver
618 o estrato do que é esse crescimento econômico desigual concentrador de renda e
619 gerador de várias outras pobreza nos municípios do Oeste. Não é à toa que os
620 municípios do Oeste estão em altos índices de vulnerabilidade da população em
621 contraponto com os altos índices de desmatamento que está exposto no mapa
622 biomas e que já é de conhecimento de todos. De forma alguma o GT vai fazer
623 fumaça a um possível desenvolvimento, mas ele vai trazer outros olhares de
624 pessoas que estão na base de entidades de um olhar de gestão ambiental que traz
625 também a perspectiva de outros tipos de desenvolvimento, o desenvolvimento que:
626 mantenha o Cerrado em pé; possibilite a produção, mas na perspectiva da
627 valorização dos diversos povos; que possibilite as populações saberem que não
628 existe só o agronegócio como a gestão atual tem considerado, que só haja o
629 agronegócio e que ele é o único caminho aqui para a região Oeste da Bahia.
630 Salientou que existem crimes sim, pois sabe-se que o Oeste da Bahia tem sido a
631 região que sempre foi alvo de grilagem de terras e tem sido constantemente
632 legitimada pelo Estado da Bahia e pelo Judiciário e existe a grilagem ambiental que
633 tem sido constantemente legitimada pelo INEMA, que tem recorrentemente liberado
634 e autorizado atos em regiões e terras que são alvo de litígio. Então se isso não está
635 na lei ambiental, se os técnicos do INEMA não fazem esses cruzamentos, o GT ele
636 vai possibilitar uma contribuição para os técnicos, olhando para a realidade de fato
637 em uma perspectiva de uma gestão ambiental e de um desenvolvimento que
638 considere todos os povos e que respeite a existência desses povos, e possa sim
639 autorizar, mas autorizar com a consciência de que realmente aquilo não vai trazer
640 mais impactos negativos do que positivos para a região. Registrou que o INEMA,
641 mesmo com a pandemia continua licenciando, no dia 30 fez autorização tanto de
642 supressão de vegetação em Formosa do Rio Preto, quanto de outorga de água que
643 dar para abastecer diariamente 700 mil pessoas para um pivô no Rio Sasafras em
644 Formosa do Rio Preto e pediu para deixar registrado a indignação, porque

645 continuasse liberando mesmo sendo alvo de ação civil pública, das diversas
646 questões de déficit de recursos hídricos e mesmo sabendo da importância da
647 produção das águas dos Cerrados Baianos para manter a vazão do São Francisco e
648 para manter as áreas no baixo e no semi-árido e o INEMA vai liberando a revelia de
649 tudo isso.

650 Francisco Ivan – SINDAE pontuou que vem acompanhando com preocupação todo
651 esse debate que vem acontecendo. Mais uma vez o SINDAE vem discordar da
652 forma que o João expôs, porque o Renato ele representa a Sociedade civil, então
653 não é só o pensamento de Renato, é o pensamento de muitos em relação a tudo
654 isso que está acontecendo. No SINDAE está se debatendo saneamento, meio
655 ambiente e ver isso a anos, uma instituição reconhecida mundialmente como
656 sindicato de cidadão de luta não só da questão corporativa, mas da sobrevivência
657 das empresas e do planeta como um todo, é por isso que o SINDAE tem várias
658 representações em todas as gestões é desde presidente de Comitê de Bacias, da
659 luta social, em todos os aspectos. Então o que se vê aqui é que mesmo sendo
660 trabalhado tudo baseado nas leis, muitas leis são amorais, porque muitas dessas
661 leis foram elaboradas por interesse pessoais, de corporações e isso não quer dizer
662 que porque o INEMA está hoje deliberando não só a questão hídrica, de outorga,
663 como as questões de matas ciliares. E os conselhos, CEPRAM, CONERH são
664 espaços para debater e discutir o contraditório. Toda vez que a Sociedade civil faz
665 um questionamento, leva na cara que é seguido a lei, mas a lei é feita de acordo
666 com interesses. Hoje as leis ambientais e hídricas da Bahia são feitas de acordo com
667 o interesse do mercado, do agronegócio e por isso se está vendo os impactos que
668 estão acontecendo no Oeste Baiano, foi acompanhado todo esse processo, foi
669 preciso à sociedade tomar posição, porque o Estado não tomou, que dizer derrubar
670 o Sistema para poder ter água para consumo humano. Então não são todas as leis
671 que são elaboradas que atendem e pensam em toda a sociedade. O que está
672 faltando é o debate da sociedade. Os debates e as decisões que estão sendo
673 tomadas parece que já estão vindo de cima, do gabinete. O Conselho tem um
674 escopo tripartite: poder público, usuários e sociedade civil, mas infelizmente a
675 sociedade civil só serve aqui para compor, expor, debater e muitas vezes formar
676 quórum, porque o que parece é que existe uma reunião entre o poder público e
677 usuários para decidir os encaminhamentos, avaliam os impactos na lei e depois traz
678 só para referendar nas reuniões dos Conselhos, então esses fóruns de debates e

679 diálogos fica só para ouvir e fazer o debate e depois vai para ata que foi debatido,
680 discutido, mas por maioria que já vem referendado aí acontecem as decisões.
681 Pontuou que é muito crítico, mas é uma crítica construtiva, não é crítica pessoal a A,
682 B ou C, principalmente aos Secretários que vem desde a gestão Wagner que os
683 secretários que vem para cuidar de saneamento, meio ambiente da Bahia como um
684 todo que estão sendo trocados, são trocados seis por meia dúzia, pois eles estão
685 vindo, mas a pauta do Governo da Bahia continua sendo implementada por
686 qualquer secretário, porque essa pauta ele já recebe ela pronta. Esse fórum de
687 debate é justamente para trabalhar o contraditório, mas infelizmente a sociedade
688 civil que se preocupa realmente com a questão do meio ambiental como um todo,
689 fica só aqui para ouvir e na hora que vai expor seus pontos de vistas de um coletivo
690 muitas vezes são questionados que estão errado. Então só vai conseguir construir
691 esse debate quando se discutir isso tanto na Assembléia Legislativa, como discutir
692 diretamente com o Governo do Estado para que as leis não sejam feitas e o INEMA
693 simplesmente cumpra, pois o órgão está cumprindo aquilo que a lei determina. O
694 Conselho está sem força de encaminhar e fazer um debate mais qualificado nas
695 aprovações e mudanças dessas leis.

696 Alessandra Chaves – AIBA reiterou que a Associação de Agricultores Irrigantes do
697 Oeste da Bahia apóia integralmente o cumprimento legal seja ele Federal ou
698 Estadual e aí traz o código Florestal Brasileiro, a Política Ambiental do Estado da
699 Bahia, mas também a AIBA adota boas práticas agrícolas, pois sabe-se que com a
700 adoção destas boas práticas reduz a pressão sobre a abertura de novas áreas, mas
701 a AIBA também reconhece a importância do INEMA e da SEMA hoje, na condição
702 do processo de gestão, a competência jurídica, administrativa e técnica para a
703 condução de todos os processos que hoje são submetidos junto ao órgão. Então em
704 função disso, gostaria de saber de Renato qual a motivação realmente da criação de
705 um GT, onde hoje tem um órgão de regulação que já é competente para exercer
706 essa função e tem uma equipe técnica hoje compatível para isso. Quando se fala de
707 Cerrado é um Bioma que tem 14 milhões hectares exclusivamente na região Oeste,
708 destas 9 milhões de hectares hoje tem áreas de cerrado stricto sensu que seria sua
709 maior proporção e destes 9 milhões a área para diferentes usos é de 3,1 milhões de
710 hectares e destes 2,5 milhões são destinados a atividades agrosilvipastoris, ou seja,
711 não só atividades de grãos e fibras, mas outras atividades relacionadas. Pensando
712 hoje na área total do Cerrado, nos remanescentes que estão descritos no ~~CAR~~,

713 então não sabe qual a motivação real de criação de um GT, porque se for levar ao
714 pé da letra hoje e levando em consideração todas as informações espaciais que se
715 tem não vê motivação para esse GT e essa é opinião da AIBA e da ABAPA.
716 Salientou que a competência hoje de atos autorizativos é do INEMA e ele tem feito
717 bem o seu papel.

718 Luiz Vitor Marsala – IDEIA com todo respeito aqueles que pensam de forma
719 diferente do que a sociedade civil organizada pensa é da necessidade de se conferir
720 maior transparência aos licenciamentos concedidos e feitos pelo INEMA, a
721 sociedade civil não está aqui querendo construir um GT no sentido de interferir
722 diretamente nesses licenciamentos, ou seja, os licenciamentos vão continuar
723 acontecendo do mesmo jeito, a grande preocupação que preside o agronegócio é
724 que nem sempre o que é legal como foi enfatizado de que estar se cumprindo a lei,
725 nem sempre as coisas que são legais, são legítimas. Então esse GT teria a
726 possibilidade de colocar para a sociedade como um todo para que essa legalidade
727 que é ventilada, ela pudesse ser comparada com a legitimidade que são os impactos
728 que essa legalidade produz em cima das pessoas que são diretamente impactadas.
729 O resultado prático disso para gerações futuras, porque o resultado imediato já se
730 conhece, então o que se está pedindo é justamente trazer para o debate não o
731 licenciamento, não é disso que está se falando, mas sim de cotejar a legalidade com
732 a legitimidade, é conhecer os detalhes desses licenciamentos para que isso possa
733 ser do conhecimento da população como um todo. O licenciamento é do INEMA, o
734 Fórum para discussão desses licenciamentos é o CEPRAM.

735 Evilásio Fraga – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara disse que ouviu
736 atentamente todas as falas até agora e leu atentamente a proposta que está na
737 pauta, então como produtor rural, representante do segmento de produtor rural aqui
738 neste Conselho e como se manifesta nesse momento como conselheiro titular
739 representante do setor rural. Entende que algumas questões que foram levantadas
740 pelos colegas da sociedade civil são pertinentes e legítimas e afinal de contas é o
741 papel deles levantarem essas questões. Porém, disse que tem que pontuar algumas
742 questões: os atos autorizativos do INEMA tem transparência, porque são públicos,
743 inclusive publicados no Diário Oficial do Estado; na reunião anterior a essa foi
744 discutido bastante a questão do o acesso da informação, que está La no SEIA ,
745 todo o processo, então se aqui neste Conselho for criar um GT para fiscalizar cada
746 ato que o Órgão Gestor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente fizer, acredita-se que

747 não vai se ter funcionários suficientes no Estado da Bahia para atender a essas
748 demandas. Acha legítimo que a sociedade civil se preocupe, assim como também se
749 preocupa, mas está lá no SEIA todos os processos e inclusive foi dito na reunião
750 anterior que vai ser criado um perfil de conselheiros, para que se tenha inclusive
751 uma acesso maior do que o convencional de quem tem uma senha como usuário do
752 SEIA. E o Conselheiro que entender que algum ato autorizativo está vindo com
753 algum vício, acessa o processo, lê o processo e se identificar alguma questão traga
754 essa questão específica, mas propor uma criação de um GT de forma genérica sem
755 um ponto específico é uma temeridade, porque a função do GT é analisar pontos
756 específicos. Então se existe atos de supressão de vegetação do Cerrado que a
757 Sociedade civil está achando com algum vício, disse que a sociedade civil tem que
758 continuar avançando nessa questão, pesquisando no SEIA e se identificar alguma
759 questão que peça uma audiência ao INEMA e que traga o ponto específico para o
760 CEPRAM. Não se pode ser genérico, pois tem que tocar a vida, e com isso não está
761 defendendo que as coisas aconteçam a roldão, o que está defendendo é a
762 objetividade, porque a vida social é regida por normativas. Com relação à questão
763 das outorgas que foram levantadas aqui, tem o Conselho Estadual de Recursos
764 Hídricos – CONERH que é onde é tratado esse assunto e no caso específico dos
765 recursos hídricos tem os Comitês de Bacias que é uma outra instância que tem um
766 poder muito grande e é lá que devem ser feitos os debates do recurso hídrico e
767 também os atos autorizativos do recurso hídrico estão lá no SEIA. E a outorga pelo
768 que está escrito na lei, ela é passiva de ser suspensa se alguns daqueles pré-
769 requisitos que estão previstos na lei não aconteça, o que não pode é partir da
770 premissa de que tudo que é feito está sendo feito errado ou de alguma forma ilegal,
771 é necessário ser específico e chegar antes de acusar, antes de levantar suspeita é
772 preciso fazer o dever de casa que é averiguar o que está acontecendo e de maneira
773 pontual e específica onde você identificar a ilegalidade ou o vício que traga o
774 assunto para o conselho, isso é benéfico, pois é através desse exercício que vai
775 poder avançar e melhorar a gestão tanto do meio ambiente, quanto dos recursos
776 hídricos. Esse conselho se debruça e discute uma resolução que ficou parada
777 durante anos, que foi a resolução sobre a educação ambiental e conseguiu avançar
778 e construiu uma resolução que foi considerada por todos como uma resolução
779 adequada. Então, o grande papel deste Conselho é se debruçar nessas questões de
780 discutir diretrizes e princípios até para orientar o analista e o funcionário do INEMA

781 na hora que estiver analisando os processos. E no momento este Conselho está
782 muito focado em discutir muita e outras questões e está se discutindo pouco, as
783 questões de resolução que é um grande papel do CEPRAM.

784 Ruy Argeu – FECOMÉRCIO reiterou a fala de Evilásio, concordando plenamente
785 com ele e dizer que se preocupa muito com a colocação de suspensão das ações
786 dos Órgãos Governamentais, isso não é fato, o caminho de mudar os processos é a
787 mudança da lei, a instância para mudar a lei é a Assembléia Legislativa e o caminho
788 que tem que ser tomado é lá através das representações de cada um dos membros
789 da sociedade civil, do meio empresarial, do meio agrícola, do meio industrial e do
790 povo como um todo. O conselho é representado por parcelas da sociedade e não
791 se pode falar pela sociedade, e a legitimidade para falar por um povo é outra. Então,
792 tem que ficar claro que o pleito da sociedade civil ele está restrito a comunidade a
793 quem ele representa e essa comunidade o elege para isso.

794 Severino Agra – UFBA deixou claro para os conselheiros que já viu vários técnicos
795 que trabalham com essas autorizações, quando se discute determinados pontos,
796 eles ressentem-se muito de pautas de normas mais específicas. Então às vezes o
797 parecer sempre restrito a lei vigente é insuficiente para pegar as especificidades de
798 cada local, sem entrar no mérito da questão do licenciamento, que também é bom
799 que os conselheiros saibam que o licenciamento o órgão competente para
800 normatizar é o CEPRAM e já foi colocado um pedido ao Secretário no ano passado
801 que vem discutindo a responsabilidade do CEPRAM pelo licenciamento e no
802 entendimento dele o que está no Decreto Regulamentando a Lei Estadual é
803 usurpação de atribuição do CEPRAM. Outra questão é que cabe a Legislação
804 Nacional vigente que beneficiou bastante o setor agropecuário a ponto que hoje as
805 lideranças de vanguarda da área da agricultura não defendem esse conceito de
806 complacência ou contemplação. Ouviu a Ministra Tereza, surpreendentemente
807 falando em desenvolvimento sustentável e criticando o Ministério do Meio Ambiente,
808 então as lideranças de vanguarda da área da agricultura não participa mais deste
809 conceito, já existe o reconhecimento que ser contemplativo não é contraditório com
810 a produção. Não adianta as pessoas falarem em Desenvolvimento sustentável para
811 efeito de retórica, tem que colocar na mentalidade. O que está colocado na
812 Legislação Nacional, Estadual e todas as instâncias é que cabe ao CEPRAM
813 normatizar o licenciamento. Mas isso não é o problema que está se discutindo, o
814 medo de se mexer no licenciamento assusta, é sinal de que está merecendo mexer

815 mesmo. O que Renato está propondo com o endosso da sociedade civil, que a
816 proposta não é de Renato ele apenas foi o porta voz da proposta, é que o GT ajude
817 ao CEPRAM a elaborar proposições que melhore a insuficiência dos propósitos que
818 estão sendo feitos hoje. Alguém querer fazer de conta que não está sabendo que no
819 Cerrado estar cheio de conflitos sociais, por causa das ocupações existentes, aí é
820 falta de argumento, o que não falta é problema. Pontuou que os técnicos tem
821 dificuldade de ir a fundo no licenciamento por falta de normas que desdobrem as
822 legislações vigentes, esse é o papel normativo de operacionalizar as leis mais
823 agregadas, tem que desdobrar os que os princípios das leis e diretrizes dizem em
824 normas específicas, lembrando que as especificidades do Cerrado, além de ser uma
825 coisa suscetível a impacto, o Cerrado baiano está em cima de um aquífero chamado
826 Urucuia, que tem que ter medidas específicas triplicadas para o cerrado em outra
827 região, pois o cerrado baiano está em um lugar altamente vulnerável. Então se estar
828 propondo um GT para melhorar o licenciamento não entende qual seja o receio,
829 naturalmente o setor agrícola que ainda não é vanguarda e que ainda não entendeu
830 o discurso da Ministra está se beneficiando das insuficiências do Código Florestal,
831 então é muito fácil falar na lei se a lei gera uma situação confortável para o setor que
832 ainda não entendeu o que é desenvolvimento sustentável, que a própria Ministra
833 realmente contraria. Espera que as lideranças da agricultura na Bahia acompanhe
834 pelo menos o discurso da Ministra, já seria um avanço de reconhecer que o
835 desenvolvimento sustentável não é conflito de contemplação, se o ex governador
836 falou isso ele perdeu uma boa chance de ficar calado, mas não vem ao caso. Então
837 a proposta do GT CEPRAM é de colaborar com o propostas específicas para o
838 Cerrado que não existe na legislação vigente, quando a proposta for para o
839 CEPRAM os setores se manifestam a favor ou contra, mas primeiro tem que
840 elaborar o trabalho normativo e esse é o papel mais específico do CEPRAM. Ter
841 coragem de partir para discussão e fazer o GT.

842 Jefferson Cerqueira – GERMEN disse que o Germen não concorda com essa forma
843 de tratamento e fica até preocupado com essa questão da bancada da
844 contemplação, porque o que se tem observado é que os companheiros das
845 Organizações Não Governamentais que vem defendendo a vida em nada estão
846 sendo contemplados e inclusive todos que conversa nas reuniões com as
847 organizações todos apóiam o cumprimento da lei e reconhece sim a competência
848 dos técnicos de dentro do INEMA e que eles são pagos inclusive para executar a

849 Política do Meio Ambiente e eles tem que cumprir a lei e cumprem. Só que se sabe
850 que existe teses que mostram que a lei não garante e nem protege a vida, então por
851 isso a ação política é importante e com isso a sociedade civil concorda que um GT
852 pode vir a contribuir sim, mesmo porque nestes grupos podem ser formulados até
853 protocolos de funcionamento dentro do CEPRAM para deixar todos tranquilos e com
854 a transparência e sem prejuízo com os despachos do INEMA. Pontuou que a pauta
855 do Meio Ambiente estava na gaveta por um tempo e por conta do COVID que foi
856 advindo de um relaxamento e ação relapsa dos donos da feira em relação a
857 questões sanitárias ambientais, todo mundo está tendo que discutir meio ambiente.
858 Defendeu a necessidade da criação do GT, uma possibilidade de formular um
859 protocolo para deixar todos tranquilos e de não perturbação dos andamentos dos
860 trabalhos do INEMA.

861 Aurinézio Calheira – COFIC pontuou que o CEPRAM é um Conselho extremamente
862 importante para o Estado da Bahia, há muitos anos e a independentemente dos
863 momentos das discórdias, dos conflitos e de outras questões, mas todos estão
864 imbuídos de buscar o melhor resultado possível do ponto de vista econômico e do
865 ponto de vista ambiental, este é o propósito mais importante de todos os
866 conselheiros que estão aqui gastando o tempo. Ponderou algumas coisas para a
867 reflexão de todos, primeiro existe uma legislação que precisa ser obedecida e o
868 INEMA é extremamente legalista e às vezes recebem várias críticas por ser tão
869 legalista, mas é necessário ser legalistas, porque as pessoas que estão lá se não
870 atenderem a legislação elas podem pagar com seus CPFs se é necessário modificar
871 alguma coisa é através da mudança da legislação e para isso é necessário se
872 organizar e mudar; outro ponto importante é que não ver que o GT vai estar
873 buscando essa contribuição tão grande como foi colocada aqui, o GT tem um
874 propósito inicial de colocar e a discussão geral que se coloca é que ele resolve todos
875 os problemas do mundo e não é assim, esse GT não terá essa capacidade e se quer
876 efetivamente mudar alguma coisa do ponto de vista legal, existe um setor no
877 CEPPRAM que é próprio para isso que é a Câmara técnica de Políticas Públicas -
878 CTPPDS e lá sim pode debater, estabelecer regras mais específicas do ponto de
879 vista de legislação e aí sim este é o Fórum que entende ser pertinente a essa
880 discussão. Então tem a posição contrária à criação do GT, que não vai agregar
881 absolutamente ou quase nada e será muito mais produtivo para todos uma
882 discussão ampla na CTPPDS para estabelecer quais são as diretrizes ou até as

883 especificações para determinado bioma ou situação de licenciamento e cabe
884 também sugerir ao INEMA estabelecer portarias específicas para tratar de
885 determinadas situações e as pessoas que estão disponíveis a fazer isso, produzam
886 alguma coisa e apresente. Se os conselheiros querem conhecer mais sobre o
887 sistema de legislação, o INEMA já teve nas reuniões do Conselho diversas vezes
888 para falar desse assunto.

889 Márcia Telles – Diretora Geral do INEMA iniciou sua fala dizendo que ao INEMA não
890 existe nenhum temor, nenhum receio, nada desses sentimentos que coloquem em
891 uma situação de temer qualquer ato autorizativo liberado. O INEMA é absolutamente
892 confortável, porque os processos são analisados absolutamente de acordo com a
893 legislação. Não existe falta de transparência, principalmente a partir de 2012 quando
894 o Sistema de Informações Ambientais foi implantado, os processos são totalmente
895 digitalizados, eles são abertos, analisados e concluídos no SEIA. Todas as
896 normativas utilizadas para as análises dos atos autorizativos estão compostas em
897 portarias de documentos que elencam detalhadamente todo e qualquer documento
898 necessário ou obrigatório para apresentação de um processo de ato autorizativo,
899 inclusive essas portarias estão disponíveis tanto no SEIA, quanto no site da SEMA e
900 do INEMA. Essas portarias trazem todos os documentos necessários para a análise
901 de um processo de ato autorizativo, seja licença, seja autorização ambiental, seja
902 supressão, outorga, não importam eles estão lá. Para a análise de supressão de
903 vegetação, inclusive existem documentos extremamente importantes e fundamentais
904 que é o inventário florestal, que não é tirado da cabeça do técnico, é uma normativa
905 que compõe um documento sólido e obrigatório que deve ser obedecido, então não
906 se está falando de subjetividades, licenciamento ambiental prima pela legalidade e
907 quando fala legalidade, eles tem que atender e considerar vários aspectos de uma
908 análise de licenciamento ambiental, social, econômica, aí ele é um ato legal, ele não
909 é pelo contrário um ato parcial. Se é agronegócio; se é agricultura média, grande,
910 pequena; supressão de vegetação ou outorga tudo é colocada lá. Em relação à
911 suspeição que sempre é levantada a todo momento por alguns conselheiros, disse
912 que sabe lidar com isso muito bem, a equipe do INEMA já está habituada com isso,
913 mas disse que este aspecto de suspeição não é eficiente e não trás nenhum tipo de
914 melhora. Os atos autorizativos são publicizados e por isso vocês identificaram que
915 os atos autorizativos continuam sendo liberados na pandemia e isso acontece
916 porque eles são publicados no Diário Oficial do Estado - DOE, porque se não tivesse

917 sido publicado no DOE e não estivesse descrito no INEMA como parecer concluído
918 e portaria publicada, vocês não teriam essa informação e teriam que pedir essa
919 informação ao Poder Público. Com relação a pandemia esclareceu que em nenhum
920 momento houve nenhum ato que suspendesse as atividades do INEMA, o decreto
921 do Governador ele tirou de circulação grupos de riscos, mas não suspendeu as
922 atividades do poder público. O poder público continuou trabalhando, assim como o
923 INEMA e foram publicados sim atos autorizativos, primeiro porque esses atos
924 autorizativos são de 2018, 2019, já tinha se feito vistoria e estavam concluindo o
925 processo e continuarão sendo se forem identificados que estão concluídos, que
926 estão adequados e que estão absolutamente dentro da legislação, porque para o
927 Órgão Ambiental, seja qual for Municipal, Estadual, Federal ou em que Estado for,
928 não pode existir nada fora da legislação. Se a lei não é adequada não é aqui que vai
929 mudá-la é em outra instância, pode-se ser proposta alterações que causem mais
930 restrição a supressão de vegetação, porque hoje essa supressão depende de vários
931 aspectos: para cada supressão tem que ter uma reserva legal de 20% da área e ela
932 está lá declarada pelo empreendedor e aprovada pelo INEMA e que se não está
933 dentro da proteção ou dentro da preservação adequado o código florestal permite,
934 inclusive o cadastro trás isso reserva declarada; reserva aprovada; se estão
935 degradadas ou não; apresentação do PRAD; se o PRAD está sendo cumpridos; qual
936 a validade do PRAD, está tudo lá, não é o INEMA que está inventando, qualquer
937 coisa que o INEMA faça fora da lei é discricionariedade e discricionariedade para um
938 órgão executor da política não existe, não cabe ao INEMA dizer que a lei está boa
939 ou está ruim, até pode entender que ela pode melhorar. Reforçou que o INEMA não
940 tem nenhum receio e qualquer ilegalidade, irregularidade, qualquer coisa suspeita de
941 atos autorizativos pode ser questionada e pode ser levado para a justiça e o INEMA
942 vai responder, como responde a mais de 1.600 ofícios de Ministério Público, porque
943 o processo de licenciamento possui relatório assinado por vários técnicos, pelo
944 coordenador, pelo Diretor da área e está assinado e referendado pela Diretoria Geral
945 com encaminhamento para o Diário Oficial, então não está se falando de processos
946 primários e sim de processos muito substanciados. Se a Sociedade quer proteger o
947 Cerrado além daquilo que a lei diz é preciso mudar a lei, porque hoje
948 especificamente para, excluindo Mata Atlântica que tem sua lei própria, para o
949 cerrado e para caatinga precisa-se preservar inclusive pelo código florestal, pelas
950 definições dos cadastros, áreas de preservação permanente e reserva legal, é isso

951 que tem que proteger e preservar. Essa preservação é pouca, mas para alterar isso
952 é necessário ampliar o instrumento que hoje o INEMA utiliza para publicar seus atos
953 autorizativos.

954 Mariana Vidal – SEMA na verdade o que parece é que ainda há uma indefinição
955 com relação ao escopo desse eventual Grupo de Trabalho, a fala de Renato vem no
956 sentido de acompanhamento dos atos autorizativos, ele próprio fez uma ressalva de
957 que isso não significaria uma competência do CEPRAM para emissão dos atos, mas
958 na fala de Severino no sentido contrário vem mais amplo na definição de critérios e
959 procedimentos normativos com relação ao licenciamento. Então, antes da definição
960 pela plenária sobre a criação ou não desse Grupo de Trabalho, é preciso que se
961 esclareça qual é o objetivo e o escopo deste GT. Márcia fez uma fala aos
962 procedimentos que balizam a emissão dos atos autorizativos pelo INEMA e existem
963 definições legais, e o INEMA observa os critérios definidos hoje na legislação e se
964 há a intenção de normatização e definição de novos critérios de fato se está falando
965 de estabelecimento de ato normativo, precisaria se definir que ato seria esse, é um
966 proposta resolutiva do CEPRAM, proposta de alteração do decreto ou
967 eventualmente uma proposta de encaminhamento a Assembléia de alterações da
968 Política Estadual, então qual é de fato o objetivo que se está propondo, neste GT?

969 Manoel Ailton – Comunidade Quilombola colaborando com a fala de todos da
970 Sociedade Civil, não só por ser representante legítimo através das comunidades
971 tradicionais, mas por ser membro do CEPRAM e como membro deste Conselho
972 todos os três segmentos estão discutindo algo que está na lei também e na
973 legalidade que deve ser cumprida. Pontuou que a bancada dos empresários é bem
974 afinada dentro do CEPRAM e com todo respeito a cada um, mas está aqui por uma
975 causa que é planetária, agisse localmente, mas pensando globalmente. O Conselho
976 é tripartite, porque é necessária a fala de cada segmento e é preciso do apoio de
977 cada um para que se tenha uma gestão realmente verdadeira, descentralizada e
978 participativa. Pontuou que sente um pouco dessa pressão da não participação,
979 mesmo estando na lei também. Então se tem que mudar a legislação, tem que partir
980 do Estado também. Parece que são dois segmentos contra um, que o segmento
981 empresarial em suas falas está agradecendo ao Estado. Então se está legal tem que
982 sair destruindo tudo, então tem que parar tudo e rever a legislação. A Sociedade
983 Civil tem que ser ouvida e levada em consideração e o GT é necessário. Miriã
984 Caetano da Silva – SECEX pontuou que tudo que foi trazido por Márcia e por

985 Mariana esclareceu muita coisa e está claro que neste momento não há uma
986 definição clara de qual seria a natureza e o escopo desse grupo, então diante
987 dessas ponderações, propôs fazer um encaminhamento dessa discussão
988 internamente em uma câmara técnica, para que retorne melhor elaborada para a
989 plenária. E a SECEX assume o compromisso de convocar imediatamente a câmara
990 técnica, levar as considerações trazidas aqui, porque inclusive se falou bem rever a
991 legislação, então enfim é complexo que aqui se defina criar ou não um grupo com
992 essa indefinição.

993 Luiz Vitor Marsala – IDEIA pontuou que a transparência fica um tanto quanto
994 comprometida sem aquele perfil necessário que deveria ser estendido a todos os
995 cidadãos brasileiros para acessar todos os processos de todo o lugar, porque os
996 processos são públicos e de fato esse perfil na opinião dele não existe.

997 Renato Cunha – GAMBÁ desde o início que foi colocada a proposta, pode não ter
998 ficado bem claro, mas como Luiz Vitor coloca a transparência é fundamental,
999 ninguém está aqui querendo trazer o licenciamento para que o CEPARM delibere e
1000 a proposta não é como Evilásio falou ficar olhando autorização por autorização, o
1001 problema não é esse, a proposta é discutir e avaliar os procedimentos, critérios e
1002 como se dar isso dentro do INEMA, isso é uma função do CEPRAM e em uma
1003 avaliação dessas, inclusive pode ser sugerido algum procedimento legal, alguma
1004 resolução interna do CEPRAM, alguma mudança do decreto, pois volta e meia o
1005 Governo rever decretos, porque não pode discutir alguma proposta de mudança de
1006 decreto e se tiver até que mudar a legislação se formula coletivamente e se tiver que
1007 mudar a lei vai ter que se trabalhar para a mudança da lei. O que se está colocando
1008 é que se for cumprir a lei vigente hoje o Cerrado vai acabar, então essa é a
1009 preocupação da sociedade civil, isso inclusive é uma questão mundial. Inclusive o
1010 Governo Brasileiro na sua exportação da produção agrícola tem sido questionado
1011 por isso, não só na Amazônia, mas no Cerrado também. Tem que repensar talvez
1012 como se quer que o Cerrado continue vivo e com sua vegetação, inclusive para
1013 garantir água para a sociedade aonde tem a necessidade de ter mata ciliar e de ter
1014 todo o investimento, pois não basta cumprir o Código Florestal, tem que ser muito
1015 mais que isso. Reforçou a necessidade de se discutir os critérios e procedimentos
1016 para os atos autorizativos que pode gerar alguma norma, algum encaminhamento
1017 mais positivo para que se tenha um Cerrado preservado, restaurado, recuperado e
1018 com uma política pública que minimize esses conflitos que estão acontecendo com

1019 as populações tradicionais. Diante disso, sugeriu que esse tema fosse discutido na
1020 CTPPDS e precisa que a SECEX convoque essa câmara técnica, para criar um
1021 processo de discussão dentro da própria câmara.

1022 João Carlos Oliveira da Silva – Secretário da SEMA pontuou que está se vivendo
1023 um momento em que o grande desafio da sociedade não é só mais única e
1024 exclusivamente a questão do avanço tecnológico, a questão do avanço do contexto
1025 econômico, mas disse que o grande desafio da sociedade moderna com o pós
1026 pandemia vai ser o desenvolvimento sustentável. Pontuou que precisa repensar e
1027 ter outro olhar para todas as convivências, inclusive convivência do próprio
1028 Conselho, ou seja, os segmentos não podem ficar se olhando como adversários,
1029 mas não se pode negar que é o secretário e, portanto Governo, então não adianta
1030 atacar, pois será governo até o último dia que estiver representando a Secretaria.
1031 Pontuou a necessidade de fazer essa construção coletiva, pois o grande desafio
1032 moderno é o desenvolvimento e esse desafio precisa ser pautado na ciência e
1033 negando a ciência não vai para lugar nenhum e não vai ser construído esse
1034 desenvolvimento sustentável. E é papel aí agora dos Governos buscarem essa
1035 interação com a ciência, com as Universidades para construir esse desafio do
1036 movimento sustentável. Pontuou que participou essa semana, representando o
1037 Governo do Estado de uma vídeo conferência patrocinada pelo Tribunal de Contas
1038 do Estado da Amazônia, onde vários cientistas participaram, dentre eles Carlos
1039 Nobre e ele colocou que o papel da Amazônia para o mundo e para o Brasil e
1040 colocou em determinado momento o papel da Amazônia para a Região Norte do
1041 Cerrado (Matopiba0, ele coloca que hoje se está entre 15 e 17% de desmatamento
1042 da Amazônia e se chegar a 25% certamente parte do Cerrado (Matopiba) vai
1043 receber um efeito de savanização, que é um efeito extremamente perigoso, por ser
1044 uma região onde a variedade de solos não tem muita fertilidade, então o
1045 desmatamento da Amazônia está aumentando em 03 à 04 semanas o período seco
1046 e tem um período de 03 meses, indo para 04 meses a savanização do cerrado é
1047 violenta. Então é necessário ampliar as discussões de todos os biomas da Bahia, e
1048 é obvio é que se tem pensamentos diferentes, mas tem que buscar um clima de
1049 convergência.

1050 Miriã Caetano da Silva – SECEX salientou que pelo Regimento Interno o Grupo de
1051 trabalho tem uma previsão de se extinguir tão logo o objetivo para o qual foi criado
1052 ele se conclua, portanto a câmara técnica permite uma contribuição mais concreta

1053 nesse sentido, com o tempo, prazo e condições mais rápidas de se fazer um produto
1054 para ser apresentado para o Conselho. Então a proposta é que se saia hoje daqui
1055 com o encaminhamento desse tema para a CTPPDS e a SECEX se incube de fazer
1056 a convocação. Então a proposta foi aprovada por unanimidade e a SECEX assumir
1057 o compromisso de incluir na pauta da CTPPDS este tema.

1058 Evilásio Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara devido à importância
1059 dessa reunião de hoje propôs que além da ata essa gravação seja preservada e
1060 faça parte da ata, já que temos esse recurso em função da reunião virtual e a
1061 gravação é o instrumento mais fidedigno da reunião. Esclareceu que qualquer
1062 pessoa consegue acessar a informação no SEIA, a única coisa necessária é
1063 preencher um cadastro e vai ser gerada uma senha e quando acessar o processo
1064 vai ficar registrado que aquela senha acessou o processo, então existe essa
1065 prerrogativa que qualquer cidadão pode fazer e é necessário preservar instrumentar
1066 o SEIA cada vez mais. Com relação ao que Renato Cunha colocou, pontuou que
1067 pensa da mesma forma e que isso tem que ser discutido na câmara técnica, porque
1068 o GT é para tratar assuntos específicos e se existir alguma autorização de
1069 supressão que a sociedade civil entenda como irregular que se levante e traga aí
1070 sim para ser discutido em um GT.

1071 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que essas gravações já ficam à
1072 disposição e agora com a tecnologia, inclusive tem o chat, mas fica o registro de que
1073 esta gravação integre a ata. Outro esclarecimento é em relação ao SEIA, pontuou
1074 que a SECEX desde a ultima reunião está discutindo com o INEMA quais são as
1075 necessidades de complementação de dados dos conselheiros para que então seja
1076 solicitado o perfil de conselheiros, provavelmente essa semana, no máximo no início
1077 da outra vocês receberão um e-mail da SECEX com as informações necessárias
1078 para novos cadastros. Referente à questão do horário, são 13h, mas disse que
1079 esses pontos têm convidados, pessoas que pela segunda vez estão disponíveis
1080 para contribuírem com essa discussão, porém quem decide é a plenária e disse que
1081 pode colocar em votação. Salientou que na convocação não foi colocado o prazo de
1082 encerramento, justamente por uma questão de entender que estar passando pela
1083 segunda reunião com temas que realmente são de interesse de todos e volta a dizer
1084 que a SECEX é efetivamente cobrada cada vez que não conclui e não coloca em
1085 pauta. E Já tem e mãos 03 ou 04 requerimentos de conselheiros que insistem em
1086 perguntar por que não colocou determinados temas na pauta. Então é preciso que

1087 se compreenda que encerrando aqui se avança em outros temas. A plenária resolve,
1088 a questão é o quórum e havendo quórum pode-se prosseguir a reunião. Foi
1089 colocado em votação proposta 1 encerrar a reunião e proposta 2 pausa para almoço
1090 e depois continua a reunião, 13 votos pela proposta um que é a suspensão da
1091 reunião e apreciação desses pontos de pauta em próxima reunião ordinária com
1092 esses pontos fechados e proposta 2 com 8 votos. Portanto a reunião de hoje está
1093 encerrada. A reunião foi encerrada e ata vai ser assinada e aprovada.

1094

1095 **Presidente do CEPRAM:** João Carlos Oliveira da Silva

1096 **Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

1097 **Conselheiros presentes:**

1098 Márcia Cristina Telles de Araújo Lima - INEMA

1099 Niel Eferson Almeida Amorim – SEINFRA

1100 Lucas Teixeira Costa - SEAGRI

1101 Marcelo Senhorinho- SEAGRI

1102 Taís Barreira Nascimento Gouveia – SDE

1103 Cristiane Ferreira – SEPLAN

1104 Lucigleide Nascimento - SEPLAN

1105 Ana Livia Cunha Guimarães – SEDUR

1106 Fábio Vilas – Boas Pinto - SESAB

1107 Ericka Martins - SESAB

1108 Juçara Tanajura – SINDUSCOM

1109 Aurinézio Calheira Barbosa - COFIC

1110 Sérgio Bastos – SINPEQ

1111 Diogo Assis Cardoso Guanabara - SINDICOM

1112 Walter Schimmelpfeng – FECOMÉRCIO

1113 Benedito Vieira dos Santos – SINCOMÉRCIO

1114 Fernanda Gabriela Alves Bulhões - SINCOFARMA

1115 Ruy Argeu - FECOMÉRCIO

1116 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis - AIBA

1117 Ricardo Borges da Cunha - Sindicato Rural de Camacã

1118 Evilásio Fraga – SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE IBICOARA

1119 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

1120 José Roberto Pedreira Celestino - ABES

- 1121 Roberta Casali Bahia Damis - OAB/BA
- 1122 Maicon Santos Soares – Kâhu - COPIBA
- 1123 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Comunidades Quilombolas
- 1124 Francisco Ivan de Aquino - SINDAE
- 1125 Severino Agra Filho – UFBA
- 1126 Luiz Vitor Ernesto Marsala - IDEIA
- 1127 Renato Pegas Paes da Cunha – GAMBÁ
- 1128 Amanda Santos Silva – ADES
- 1129 Jefferson Cerqueira Viana - GERMEN
- 1130 Lucidalva Nogueira – PRISMA
- 1131 Osvaldina Rocha dos Santos – ASSOCIAÇÃO FLORA BRASIL